

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

REGULAMENTO GERAL DE PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS -

Documento Complementar

Definição

O presente Documento Complementar, adiante designado por Documento, é um complemento ao documento principal - Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais da ADMINABÃO, sendo parte integrante deste.

Em termos de vigência, alteração, revogação, aditamento, parcial ou total deste Documento, vigora o estabelecido naquele Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Âmbito de Aplicação

O presente Documento aplica-se ao tratamento de Dados Pessoais de Trabalhadores, Formandos e Fornecedores.

Aos Trabalhadores, Formandos e Fornecedores aplica-se, com as devidas ressalvas, o disposto naquele Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais.

1.Dados Pessoais dos Trabalhadores

O tratamento dos Dados Pessoais do Trabalhador, no âmbito da relação laboral, decorre por um lado quer do conteúdo contratual, quer por outro do cumprimento de obrigações legais, perante a Autoridade Tributária (AT), a Segurança Social (SS), a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) e demais entidades oficiais.

O tratamento dos Dados Pessoais dos Trabalhadores é reservado apenas à ADMINABÃO, e com acesso limitado devidamente justificado nos termos da lei, e em qualquer caso com salvaguarda da confidencialidade.

O tratamento dos dados clínicos dos Trabalhadores obedece ao regime de tratamento de dados sensíveis e são por isso exclusivamente de acesso ao médico da empresa ou à equipa médica certificada, tendo o Trabalhador acesso aos mesmos desde que previamente os solicite diretamente ao médico de trabalho.

Com a celebração do contrato de trabalho, e durante toda a execução, o Trabalhador dá o seu consentimento a que os seus dados pessoais possam ser armazenados sob forma digital segura, processados e acedidos nos termos previamente especificados ou pontualmente especificados.

Finalidade do Tratamento de Dados Pessoais dos Trabalhadores

Os dados pessoais de Trabalhadores poderão ser recolhidos e tratados pela ADMINABÃO com as seguintes finalidades:

- Gestão administrativa;
- Cálculo e pagamento de retribuições, prestações, abonos e subsídios;
- Cálculo e retenção na fonte relativos a descontos na remuneração, obrigatórios ou facultativos, decorrentes de disposição legal;
- Execução de decisão ou sentença judicial, bem como tratamento de pedidos formulados pelos trabalhadores;
- Processamento de certificados de formação pela ADMINABÃO e/ou por entidades formadoras externas;
- Registos e controlo de assiduidade e/ou de acessos;
- Cumprimento de obrigações legais no âmbito da segurança e saúde no trabalho.

Categorias de Dados Pessoais

Para as finalidades acima referidas, é permitida a recolha e tratamento dos dados pessoais, bem como do original e cópias dos respetivos documentos em que se incluam nas seguintes categorias:

- Dados de identificação;
- Situação familiar;
- Dados relativos à atividade profissional;
- Dados relativos a retribuições;
- Outros dados necessários para o cumprimento para o cumprimento de previsto no artigo anterior.

Prazo de Conservação de Dados

Para a finalidade de gestão administrativa de Trabalhadores, certificados de formação e documentos necessários à emissão de bilhetes de viagem e/ou vistos, os dados podem ser conservados por um período legal após a cessação da relação de trabalho, e demais obrigações contabilísticas e fiscais.

Para efeitos de retribuições, prestações e regalias de Trabalhadores, os dados podem ser conservados por um período máximo previsto na lei;

O prazo dos respetivos dados poderá ser prolongado, por motivos de ação judicial, após a transferência dos dados às instituições judiciárias ou o trânsito em julgado da sentença.

Para efeitos de pensões, previdência ou do pagamento de prestações complementares posteriores devidas em momento posterior à cessação da relação de trabalho, os dados estritamente necessários à prova da qualidade de Trabalhador, tempo de serviço e evolução da remuneração poderão ser conservados pelos prazos legais por correspondência a cada finalidade.

Destinatários dos Dados Pessoais dos Trabalhadores

São destinatários dos dados pessoais, nomeadamente:

- As entidades a quem os dados devam ser comunicados por força de disposição legal ou a pedido do titular dos dados;
- As instituições financeiras que geram as contas de entidade destinadas ao pagamento da retribuição dos Trabalhadores;
- As entidades gestoras de Fundos de Pensões ou do Regime de Previdência;
- As companhias de seguros com quem é celebrado o contrato de seguro de acidentes trabalho;
- Entidades formadoras para a emissão de certificados de formação;
- Agências de viagem ou empresas de transportes para a emissão de documentação necessária a viagens;
- Os Gabinetes ou Departamentos de contabilidade para efeito de processamento salarial ou de obrigações contabilísticas de empresa;
- Às entidades auditorias (internas e externas) no âmbito dos processos de certificação;
- As entidades consultoras externas no âmbito da sua prestação de serviços de consultoria;
- Às entidades que no âmbito de Medicina e Segurança no Trabalho asseguram a cada momento o cumprimento dessas obrigações na empresa;
- As entidades que asseguram a gestão informática no tratamento de dados pessoais.

As entidades terceiras a quem sejam facultados Dados Pessoais, ficam igualmente sujeitas em termos contratuais a confidencialidade e ao cumprimento das obrigações legais em matéria de proteção de Dados Pessoais.

Fotografias/ Filmagens/ Gravações

É proibido fotografar, filmar ou proceder a qualquer tipo de gravação, ou outro processo de cópia e/ou reprodução de documentos pessoais, sem o consentimento do titular dos dados pessoais, exceto nos casos previstos na lei ou devidamente autorizados por entidade competente para o efeito.



Dados Pessoais dos Candidatos a Emprego

É garantida a salvaguarda do direito à proteção dos dados pessoais dos candidatos a emprego, que sejam prestados voluntariamente e autorizados pelo titular, os quais serão tratados confidencialmente, nos termos da lei em vigor.

2. Dados Pessoais dos Formandos, Formadores e Fornecedores

O tratamento dos Dados Pessoais dos Formandos, Formadores e Fornecedores, decorre por um lado quer do conteúdo contratual, quer por outro do cumprimento de obrigações legais, perante as entidades oficiais.

O tratamento dos Dados Pessoais dos Formandos, Formadores e Fornecedores é reservado apenas à ADMINABÃO, e com acesso limitado devidamente justificado nos termos da lei, e em qualquer caso com salvaguarda da confidencialidade.

Com a celebração do contrato de formação, e durante toda a execução, os Formandos, Formadores e Fornecedores, dão o seu consentimento a que os seus Dados Pessoais possam ser armazenados sob forma digital segura, processados e acedidos nos termos previamente especificados ou pontualmente especificados.

Ansião, 24 de Maio de 2018